

RESENHA

Paulo Freire
EDUCAÇÃO E MUDANÇA

Adriana Cabral Pereira de Araujo *
Andréa King de Abreu Yamaguchi **
Daniele Gonçalves Vilela***
Márcia Alves Ferreira Spinola****

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2022.v4i1n8.659-667>

- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.ªed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
-

Conscientização, compromisso e mudança social

O livro *Educação e mudança*, escrito por Paulo Freire, o Patrono da Educação brasileira, traz importantes reflexões sobre a conscientização e a mudança, a partir do compromisso do trabalhador social, e de uma educação pautada no diálogo, que respeita a história e vivência social dos educandos, produzindo a reflexão e a transformação da realidade. Atuando de forma crítica sobre essa realidade e não apenas submisso a ela.

Escrito em espanhol, foi traduzido por Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin e publicado no Brasil em 1979, ano do retorno de Paulo Freire ao Brasil, após o exílio.

E atualmente, no tempo de celebração do centenário de Paulo de Freire, 42 anos após sua publicação, reafirmamos a importância do pensamento freireano aqui exposto, nos colocando nas trincheiras de luta para que seu pensamento não seja expulso, “expurgado” do país ou banido dos processos de formação de professores.

A obra inicia com **Prefácio** de Moacir Gadotti, em que o autor tematiza a *Educação e ordem classista* tem por objetivo apresentar o lançamento do livro em português quando

Paulo Freire retorna ao país, após cerca de quinze anos de exílio. Em 1978, Freire foi impedido de participar do I Seminário de Educação Brasileira por ter seu passaporte negado. Gadotti declara que, apesar da longa ausência, a obra de Freire jamais foi marcada por algum tipo de mágoa ou nostalgia doentia. Em todos os países em que trabalhou, como o Chile, Estados Unidos, Suíça ou na África, sua teoria e sua práxis carregam um otimismo crítico, levando mensagens de esperança, e com a certeza de estar lutando ao lado dos “portadores da liberdade”: os oprimidos.

Por Paulo Freire ser considerado o “pedagogo dos oprimidos” não foi tolerado pelo regime militar, instaurado em 1964, que o prendeu e exilou, pois ele não era um intelectual acadêmico, distante da realidade, sua práxis era profunda, carregada de sentido existencial. Sentido este que ele não dava, mas demonstrava. Sua obra — inquietadora, perturbadora e revolucionária — traduz a sua opção radical que é a libertação dos oprimidos.

Pode a educação gerar mudanças? Que mudanças? Paulo Freire não acredita que a Pedagogia por si só pode alavancar uma mudança social e política, mas também, discorda da visão pessimista de que a educação reproduz de forma mecânica a sociedade. Resgata o papel do profissional de educação, que atuando e percebendo onde pode se engajar política e socialmente, para não reproduzir de forma mecânica as estruturas opressivas da sociedade classista, se torna agente da transformação.

Para Gadotti, Paulo Freire não separa o ato pedagógico do ato político, porém não os confunde. Pois, reconhece que educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão.

Segundo Gadotti, depois de Paulo Freire ninguém pode ignorar que a educação é um ato político, se alguém se manifestar contrário a isso fará outra política. Pois, a educação principalmente a brasileira sempre foi política, sempre esteve a serviço das classes dominantes. E é a partir desta ideia que este livro foi escrito.

Para Gadotti, com a volta de Freire, “a educação brasileira ganha um novo alento, adquire maior lucidez, faz-nos lembrar que o Brasil tem uma história educacional importante.”

A obra é dividida em 4 capítulos, que, brevemente, apresentamos a seguir.

Paulo Freire, no capítulo primeiro, **O Compromisso do Profissional com a sociedade**, chama a atenção para a questão do compromisso do profissional com a sociedade, e que alguns pontos têm que ser analisados nesta afirmação. Não é qualquer pessoa que assume um compromisso, é um profissional, porém surge uma pergunta. Quem pode comprometer-se?

É necessário que seja um ser capaz de agir e refletir, de estar no mundo tendo consciência de si mesmo e de onde está neste mundo. O homem atua no mundo, na realidade, onde então ocorre ação-reflexão é capaz de operar e transformar a realidade de acordo com as suas finalidades, o que o faz um ser da práxis. A ação e a reflexão sempre juntas da práxis são a maneira humana de existir. O compromisso do profissional com a sociedade vem da humanização do homem. O homem atua no mundo, na realidade, então ocorre a ação-reflexão.

O verdadeiro compromisso humano é a solidariedade, não se pode reduzi-lo a falsa generosidade. Ao analisar o compromisso do profissional com a sociedade, ele primeiramente é homem e dever ser comprometido consigo mesmo. Deve ter uma posição seja ela qual for.

Deve-se unir os dois, o compromisso profissional e o compromisso como homem, pois este e a sua humanização, como vimos, não são dissociados. E seu compromisso como profissional é uma dívida que ele assumiu com o coletivo.

O compromisso só é válido quando está carregado de humanismo e este só quando é embasado cientificamente, além de não poder ser um ato passivo, mas práxis, ação e reação da realidade, o que implica o total conhecimento dela.

O profissional deve ampliar seus conhecimentos em torno do homem, e de sua maneira de estar no mundo, ampliando a sua visão crítica da realidade. Ele tem que captar a realidade como um todo em que as partes vivem em constante troca, e que ela se transforme, sem deixá-la estagnada.

Neste capítulo, Freire destaca a responsabilidade de reflexão dos profissionais naquele momento histórico na América Latina, sobre a sua realidade em transformação, para a sua imersão crítica, seu compromisso com a verdade e os rumos do país e de sua gente. Um compromisso com o homem concreto, com a essência deste homem.

Se o profissional é um privilegiado numa sociedade alienada, por esta ser estruturada hierarquicamente, numa sociedade em que está se abrindo, o profissional é um comprometido, ou deveria ser. Fugir da efetivação deste compromisso é negar a si próprio e ao projeto nacional.

No segundo capítulo da obra, **A educação e o processo de mudança social**, Freire aponta que o homem é um ser inacabado e na busca permanente de si mesmo por meio da autorreflexão, ele se educa, sujeito de sua própria educação e não objeto dela.

Essa busca de consciência deve ser em comunhão com outros seres que também procuram ser mais. Freire cita Jaspers: “Eu sou na medida em que os outros também são.” Nesse sentido, Paulo Freire trabalha com a dicotomia de palavras para estabelecer

essa relação: **Saber-Ignorância**, pois toda sabedoria parte da ignorância e nessa busca de completude e conhecimento nos educamos. Há saberes relativos de quem ensina e de quem aprende e a troca desses saberes deve-se dar de forma humilde. Não há ignorância nem saber absolutos, ambos se superam a cada novo aprendizado; **Amor-Desamor**, sendo o amor uma tarefa do sujeito, há de se estabelecer uma intercomunicação íntima e respeitosa entre duas consciências. Para educar, tem que existir amor e respeito pelos seres inacabados, e dessa forma a educação não se dará pelo medo; **Esperança-Desesperança**, como seres inacabados necessitamos de esperança em nossa busca, porque não há educação sem esperança.

O homem, um ser de relações analisando sua interação com os outros, no mundo, com o mundo e pelo mundo.

Freire aponta para as **características** dessa relação, que gera uma consciência reflexiva e isso deve ser estimulado no educando para que ele seja capaz de refletir sobre sua própria realidade e transformar o mundo em que vive. Por meio dessa transformação, o homem cria a cultura e se identifica como sujeito de sua própria ação, objetiva o tempo, temporaliza-se, faz-se homem-história.

A educação não tem que adaptar o homem à sociedade, pois este tem um **ímpeto criador** oriundo de sua inconclusão. Ela deve ser desinibidora, autêntica, para que o educando seja capaz de responder aos desafios que lhe são impostos e desenvolver sua própria atividade criadora nessa **sociedade em transição** constante.

De acordo com a sociedade em que se vive, a autonomia e liberdade de expressão alteram a forma de interação do ser com o todo. Na **sociedade fechada**, por exemplo, tem-se a “sociedade-sujeito”, onde o poder de decisão é da elite e a massa não tem participação e a “sociedade-objeto”, periférica e não reflexiva. Caracterizada pelo analfabetismo e pelo desinteresse pela educação básica dos adultos.

Já na **sociedade alienada** ou sociedade-objeto, o ser imita algo que considera melhor e torna-se inautêntico. Vive em uma realidade imaginária e não a sua própria realidade objetiva, sendo sua ação vazia de atos concretos. A ausência de autocrítica, a passividade e a imaturidade são os maiores problemas desse tipo de sociedade.

Outro tipo de sociedade é a de transição, em que ocorre um processo de desalienação com o surgimento de novos valores e a ideia de participação popular no poder, com características progressistas ou reacionárias. As massas populares começam a participar do processo histórico e descobrem que por meio da educação conseguirão uma vida melhor. Há uma correspondência entre a manifestação das massas e a reivindicação.

Nesse tipo de sociedade, as elites entram em confronto com as massas, tentando manter o colonialismo e a injustiça social, a partir do momento em que não querem dar opções para que o povo participe, utilizam-se do sectarismo, onde se conquista o poder com a ajuda do povo, mas não se permite a participação nas decisões.

Com esse processo de abertura social, esperava-se que a educação tomasse outro rumo, porém continua vertical, porque o professor se mantém no papel de detentor do conhecimento e o educando não cria, não reflete, não indaga. É o que se denomina “**consciência bancária da educação**”.

O homem, como ser consciente, tem que se comprometer com a própria realidade, e Freire elenca os da consciência, que evoluem até alcançar a consciência crítica. O primeiro estado da consciência humana é a intransitividade, onde se produz uma consciência mágica, sem críticas. Com as mudanças sociais, essa consciência transforma-se em transitiva, mas ainda ingênua. Para que se torne crítica é necessário um processo educativo de conscientização por meio de um trabalho de promoção e criticização.

É importante ressaltar a diferença entre essas duas consciências: ingênua e crítica para que se perceba como o desenvolvimento da segunda transforma o indivíduo e a sociedade. Na consciência ingênua as conclusões são superficiais e as compreensões mágicas, valoriza-se o passado, a massificação das massas, a realidade estática, subestima-se o homem, ignora-se a investigação a crítica e seu conteúdo é passional. Já na consciência crítica, a realidade é mutável, analisa-se a validade do velho e do novo e dos problemas apresentados, valoriza-se a indagação, a investigação, a autenticidade, a análise dos fatos, o diálogo e busca livrar-se de preconceitos e delegação de autoridade e responsabilidade.

Na terceira parte da obra com o título: **O papel do trabalhador social no processo de mudança** Freire inicia o diálogo, propondo a análise e compreensão da frase que intitula o capítulo. Uma análise crítica, buscando conhecê-la por dentro, na sua essência e não apenas como clichê ou frase feita o que consiste num desafio, pois sua compreensão profunda e sua contextualização contribui para a superação da visão ingênua.

Para o autor, nesse processo de compreensão do contexto total, que traz o tema principal, a análise crítica permite a tarefa de dividir e separar as partes que constituem o texto. Essa separação permite voltar a ele, observá-lo de forma profunda e compreender seus significados. Esmiuçando e analisando cada parte, o autor conclui no primeiro momento “que o papel do trabalhador social se dá no processo de mudança” (p.24). No entanto, ao analisar de forma mais ampla as categorias que constituem a

estrutura social: mudança e a estabilidade, o dinamismo e o estático, o autor aponta que: a mudança se constitui numa parte importante e constitutiva dessa estrutura, mas não se esgota nela própria. Para compreendermos o papel do trabalhador social nessa análise, precisamos compreender os conceitos de mudança e estabilidade presente na realidade social.

Nessa perspectiva, o autor aponta que “o trabalhador social não pode ser um homem neutro frente ao mundo, um homem neutro frente à desumanização ou humanização...” (p.26). Ele tem que fazer a opção se se engaja a favor da mudança ou a favor da permanência. Ao fazer sua opção precisa agir de forma coerente ao seu posicionamento, com base na reflexão e ação, sem manipulação, domesticação ou imposição das suas escolhas aos demais com quem trabalha. A realidade social está marcada pelo enfrentamento dos antagonismos dos que querem e os que não querem a mudança.

O que opta pela mudança, procura vivê-la, buscando a superação da percepção ingênua da realidade e descobrindo-se como potência criadora, como um dos agentes de transformação, como sujeito que se reconhece atuante nesse processo, não apenas de mudança da realidade em si, mas de mudanças na estrutura social.

Movidos pela esperança crítica, a mudança está na ação dos homens que a escolhe fazer. Pois, antes da mudança da totalidade que representa a estrutura social, mudanças ocorrem também na percepção crítica da sociedade, na problematização, na ação e na reflexão pelas partes que constituem e interagem nessa estrutura.

O autor finaliza o capítulo apontando que o papel do trabalhador social que optou pela mudança está no ato de conscientizar-se enquanto conscientiza outros, no seu coletivo, nos grupos com os quais ele trabalha.

o quarto capítulo, e último capítulo, Freire traz importantes contribuições sobre a **Alfabetização de adultos e conscientização**. Para o autor, a educação de forma alguma pode ser pensada de maneira isolada, sem refletir sobre seu papel cultural e no espaço-tempo. Não acontece apenas como preparação para os cargos no mercado de trabalho, vai para muito além desse processo, em que o sujeito estabelece uma relação dialética com o mundo. Paulo Freire vem destacando nesse capítulo como se procede o processo de alfabetização e a conscientização desse processo na educação. “... o homem e somente o homem é capaz de transcender, de discernir, de separar órbitas existenciais diferentes, de distinguir ”ser” do “não ser” (p.36). As relações que o homem tem com a sociedade que ele está inserido vai modificando e atravessando o tempo, dando-lhe consciência da sua temporalidade.

Dinamizando essas relações, criando, recriando e decidindo sobre ela, sendo o criador da sua historicidade, temporalizando seus espaços geográficos. Nesse processo que vão ocorrendo as épocas históricas, numa necessidade crítica, onde o homem, sujeito da sua história, poderá aprender as novas tarefas e situações na época atual e se integrar a ela. Cada uma delas apresenta desafios, indagações, aspirações e valores diferentes, àqueles que começam a indagar e ter dúvidas sobre o modo de viver dessa época podem ser considerados visionários, por pensarem e sugerirem novas formas de agir e pensar frente aos novos desafios.

Sendo um processo de transição onde se observa as mudanças que poderão atingir e nutrir a sociedade. À medida que as mudanças vão ocorrendo, a busca por novas afirmações e significações, a sociedade passa a emergir para uma nova época. Daí a importância da criticidade para o enfrentamento dessas transições, com o qual o homem possa se defender e resguardar-se dos perigos do irracionalismo.

A sociedade brasileira passava, naquele momento, por um período de “democratização fundamental”, onde o povo teria uma crescente participação no seu processo histórico. Vindo de uma época, em que era apenas espectador e exigia participação, emergindo a participante ativo, mas ainda sem forma de decisão e organização para tais atos. A educação entraria como algo que despertasse e libertasse, dando conscientização do sujeito na sociedade, não tendo um papel de educação doméstica e acomodada, mais sim, reflexiva e crítica, onde ele tem o poder de optar e decidir, mas sabendo o porquê.

Uma proposta de educação que trabalhe para a superação do pensamento ingênuo. Que atue na organização do pensamento de forma reflexiva, num método ativo, dialógico, crítico, modificando os conteúdos programáticos instituídos, usando de meios e técnicas para alcançar essa população. Sendo assim o papel com relação a tratar o analfabetismo seria muito mais que ensinar as letras, mas construir uma compreensão crítica do sujeito histórico-social, do seu papel ativo na sua realidade e com ela. Mediando as relações, comunicando, dialogando, conhecendo a sua cultura, sendo ela fonte seu trabalho, do seu esforço criador, de pensar e recriar, uma experiência crítica e criadora. Desenvolvendo seus valores, ao debater e entender seu papel cultural na sociedade. Sem preconceitos, sentir dignidade nas relações de trabalho que tinham, não sendo menosprezados pelos tipos de trabalhos que exerciam, reconhecidos na sua existencialidade cultural.

A alfabetização de adultos começou a tomar um novo paradigma, onde ler e escrever passava a ser um ato de criação e recriação, e não apenas técnicas de escrita, sentenças prontas e isoladas sem significância. Os debates nas formações dos educadores e daqueles que desejavam viver no mundo dos letrados, se deram a partir da construção

das vivências desses sujeitos sem seu mundo, valorizando entendendo as inúmeras questões que os faziam desejar as letras.

O levantamento do universo vocabular dos educandos, permite perceber o quão ricos são seus mundos, as aprendizagens construídas, as linguagens adquiridas, e quantas experiências debatidas e pensadas no coletivo. As palavras geradoras a partir desse levantamento, proporcionam a criação de situações de aprendizagem e debates, ampliação e apropriação de um vocabulário de forma crítica e consciente, rompendo com o mecanicismo. Essa é uma educação para a mudança, onde se valoriza o sujeito na sua historicidade. O funcionamento diário dos círculos de cultura integrava a proposta freiriana, que apresentava resultados práticos e potentes para a educação de jovens e adultos.

Freire, como um intelectual atento às necessidades do seu tempo, traz nessa obra, tão atual e necessária para a educação e a sociedade brasileira apresentando as possibilidades de mudança através da reflexão, da conscientização e atuação do homem sobre a sua realidade. Para o autor, o ato pedagógico e o ato político não se separam, educar é sempre um ato político. Posiciona-se de forma contrária à passividade, neutralidade e aprisionamento do processo educativo na sala de aula, isolados da realidade.

Nossa caminhada como nação, no contexto atual, vem sendo marcada por um projeto de governo que optou pela retirada de investimentos nas áreas da saúde, educação, em precarizar a formação de professores, negação a ciência e aos avanços das pesquisas científicas, desmatamentos e genocídio. Tempo marcado ainda pelo crescimento das desigualdades sociais e negação de direitos fundamentais como o direito à educação. Está mais que na hora dos profissionais conhecedores do seu lugar no mundo, dos mecanismos de transformação e mudança, atuarem com responsabilidade e compromisso, fazendo uma reflexão do momento em que estamos vivendo e assumirem seu compromisso com a sociedade e como cidadão.

Referência

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.^aed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

Recebido em: 03 mai. 2022.
Aprovado em: 04 jun. 2022.

* **Adriana Cabral Pereira de Araujo** é Doutoranda e Mestre em Educação pelo PPGedu/UERJ/FFP. Pedagoga e Especialista em Administração e Supervisão escolar. Professora de Disciplinas pedagógicas do Curso Normal da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Professora Orientadora Pedagógica da Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Membro do GRUPEFOR/UERJ -Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de Professores, Democracia e Direito à educação

E-mail: adriacabral2013@gmail.com

** **Andréa King de Abreu Yamaguchi** é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEDU/UERJ). Pedagoga, Especialista em Currículo e Gestão Escolar e professora dos anos iniciais do Ensino fundamental, da Rede Municipal de Educação de Niterói. Membro do GRUPEFOR/UERJ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de Professores, Democracia e Direito à educação

<https://orcid.org/0000-0002-5297-8794>

E-mail: andyamaguchi@gmail.com

*** **Daniele Gonçalves Vilela** é professora da rede pública estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) e da Fundação Municipal de Educação de Niterói.

E-mail: danigonvil13@gmail.com

**** **Márcia Alves Ferreira Spinola** é Pedagoga e Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Anhanguera Educacional. Professora de Apoio Especializado da Rede Municipal de Educação de Niterói, e membro do GRUPEFOR/UERJ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de Professores, Democracia e Direito à educação.

Email: marcia.spinola.edu@gmail.com
